

Legislação

Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril *aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.*

Parecer n.º 3/2008 do Conselho Nacional de Educação *ao regime jurídico de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.*

Portaria n.º 1260/2007 de 26 de Setembro *estabelece os requisitos para a celebração dos contratos de autonomia entre as escolas e as respectivas direcções regionais da educação.*

Lei n.º 49/2005 de 30 de Agosto *estabelece a segunda alteração à lei de bases do sistema educativo.*

Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro *aprova a transferência de atribuições e competências da administração central para as autarquias locais na área da educação e do ensino não superior.*

Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio *aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como dos respectivos agrupamentos.*

Despacho Normativo n.º 27/97 de 2 de Junho *prevê a preparação das condições humanas, técnicas e materiais do novo regime de autonomia e gestão das escolas, designadamente no domínio do reordenamento da rede escolar, através da apresentação de propostas de associação ou agrupamentos de escolas, bem como do desenvolvimento dos respectivos projectos educativos e regulamentos internos.*

Decreto-Lei n.º 172/91 de 10 de Maio *estabelece um novo regime de administração e gestão das escolas dos ensinos básico e secundário.*

Decreto-Lei n.º 43/89 de 3 de Fevereiro *prevê a transferência progressiva de atribuições e competências para as escolas.*

In Ferreira, J. (2012). O Impacto do Contrato de Autonomia através das percepções dos actores educativos: O Caso da Escola-Piloto ES/3 João Gonçalves Zarco, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação – Administração Escolar na Universidade Lusófona do Porto.